

Nova lei valoriza estagiários

Desde o início deste ano, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) já contrata estagiários seguindo as determinações da nova lei do estágio. As alterações prevêem direito a férias e pagamento de auxílio-transporte. Natália Lima (foto) aprovou as mudanças. A estudante de Direito é estagiária na Memória do Judiciário (Mejud), onde enumera processos antigos que vão compor o acervo do museu.

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - FEVEREIRO - 2009
ANO 15 - NÚMERO 135

Páginas 6 e 7

Rossana Souza



Melhorias requerem adesão e compromisso de todos

Segundo o ditado popular, "a união faz a força". É por isso que o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Sérgio Antônio de Resende, começou o ano de 2009 reunindo-se com diretores, assessores, gerentes e coordenadores da 2ª Instância, na 1ª reunião do Comitê Executivo, e com Juizes e servidores das comarcas pertencentes ao pólo de Ipatinga, no 1º Encontro Administrativo, realizado no último dia 23 de janeiro.

O que se pretende com os Encontros Administrativos é anunciar o Planejamento Estratégico de 2009-2013, ouvir magistrados e servidores, bem como engajar toda a equipe do Judiciário para o alcance dos três grandes objetivos institucionais: agilizar a prestação jurisdicional da 1ª e da 2ª Instância; otimizar a gestão administrativa e econômico-financeira e fomentar ações de responsabilidade social e socioambiental.

O presidente Sérgio Resende vem reforçando a importância do envolvimento de todos para a diminuição das despesas de custeio, de forma que os gastos com correios, água, luz, telefone, aluguéis e outras despesas sejam otimizados e racionalizados. A atenção de todos nesse sentido, a apresentação de sugestões e o esforço integrado são imprescindíveis para a obtenção dos resultados esperados.

A melhoria da infra-estrutura da Justiça de 1ª Instância é prioridade do presidente Sérgio Resende. Foi elaborado o cronograma de construções e reformas

para os próximos cinco anos (2009-2013), focado na 1ª Instância, após a decisão da atual administração de suspender a construção do edifício-sede do TJMG. Serão concluídas obras já em andamento e iniciadas em outras 28 comarcas, o que corresponde a 10% das comarcas instaladas no Estado, totalizando um investimento de R\$ 257,5 milhões.

Além dessas obras, serão instaladas 16 varas e a comarca de São João do Paraíso, no norte de Minas. No total serão atendidas 40 comarcas das 295 existentes. Haverá ainda investimentos em informática, visando otimizar a capacidade de atendimento do Judiciário mineiro.

Na área de responsabilidade social e socioambiental, está prevista a manutenção de programas de humanização do cumprimento de penas e medidas de segurança, apoio a iniciativas para resolução de conflitos de forma alternativa, desenvolvimento de projetos socioambientais, dentre outros. No dia 16 de dezembro de 2008, foi assinada a Portaria-Conjunta nº 135, que implanta o Programa Sustentabilidade Legal, prevendo ações de preservação e recuperação do meio ambiente.

O presidente tem demonstrado sua opção pelo diálogo, como forma de buscar soluções compartilhadas, enfatizando a importância da adesão e compromisso de todos para aprimorar o Judiciário e o atendimento ao cidadão.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Presidente: Sérgio Antônio de Resende;
1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;
2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;
3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;
Corregedor-Geral: Célio César Paduani;
Superintendentes de Comunicação: Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos;
Secretário Especial da Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia Simões;
Assessor de Comunicação Institucional: Ronaldo Ribeiro; **Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;
Editores e Jornalistas Responsáveis: Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RG nº MG 04592/JP; **Revisão:** Patrícia Melillo; **Design Gráfico:** Shirley Moraes; **Fotolito e Impressão:** Lastro Editora Ltda.
Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
 CEP 30190-030
 Tel.: 31 3237-6551
 Fax: 31 3226-2715
E-mail: ascom@tjmg.jus.br
Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales: 31 3289-2520
Ascom Fórum BH: 31 3330-2123
Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo *e-mail* informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Renata Ferrer

Unidade Raja do TJ tem sessão inaugural

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, em 7 de janeiro, a primeira sessão de julgamento na Unidade Raja Gabaglia, com 80 processos em pauta. O presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, visitou o plenário após a sessão e agradeceu as homenagens que recebeu dos desembargadores. Segundo ele, o Judiciário ganhou muito com a mudança para a nova estrutura. Participaram da sessão os desembargadores Duarte de Paula, Selma Marques, Marcelo Rodrigues e Afrânio Vilela.



Ressana Souza

O trabalho dos conciliadores voluntários nos mais diversos locais foi fundamental para o sucesso da Semana da Conciliação

Conciliação em Minas: balanço positivo

Vanderleia Rosa

As expectativas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) de alcançar, em 2008, um maior número de acordos e mobilizar mais pessoas que nos anos anteriores se confirmaram. Os números da 3ª Semana Nacional pela Conciliação, realizada no início

Os números da 3ª Semana Nacional pela Conciliação, realizada no início de dezembro último, mostraram 160 comarcas comprometidas com o movimento e uma média de 5.000 participantes por dia.

de dezembro último, mostraram 160 comarcas comprometidas com o movimento e uma média de 5.000 participantes por dia, entre magistrados, servidores, conciliadores, estagiários e voluntários, num esforço concentrado pela paz social. Esforço que merece comemoração: foram 31.419 audiências cíveis agendadas, 22.972 realizadas, 9.834 acordos cíveis homologados, totalizando um montante de R\$ 74.061.179,33. As informações são do Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo) do TJ.

Liderando o índice de conciliação, destacou-se a Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec), com 100% de acordo, seguida dos Juizados de Conciliação, que apresentaram índice de 73,59%. As Centrais de

Conciliação atingiram o percentual de acordos de 57,69%, os Juizados Especiais, que se destacaram pelas 11.761 audiências realizadas, alcançaram 41,02%, e a Justiça Comum atingiu o índice de 31,23% de acordos. O percentual total de acordos, envolvendo a Justiça Comum, as Centrais de Conciliação, os Juizados Especiais, os Juizados de Conciliação e a Conciliação de Precatórios, foi de 42,81%. Em 2007, esse índice foi de 41,05%.

Também na área criminal, os números foram expressivos. No total foram realizadas 5.052 audiências, sendo 4.641 nos Juizados Especiais, resultando em 1.996 sentenças homologatórias de transação penal.

Envolvimento

Para o superintendente de Comunicação Institucional do TJMG e presidente da comissão organizadora da Semana da Conciliação em Minas, desembargador Antônio Armando dos Anjos, "Minas está no caminho certo ao abraçar esse movimento." O magistrado comemorou os resultados de 2008, superiores aos do ano passado. Otimista, acredita que a cultura da conciliação vem encontrando respaldo entre magistrados e sociedade, e que a tendência dessa prática é expandir-se a cada ano. Elogiou a participação de Minas, agradecendo a todos os envolvidos que, com dedicação e profissionalismo, demonstraram que o acordo é a melhor opção.

Ao avaliar os resultados da semana em Minas, a secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Cecília Belo, destacou a adesão do TJ ao movimento: "É uma importante iniciativa com foco em nossa atividade-fim, e que vai ao encontro dos anseios da sociedade, que espera do Judiciário ações efetivas e eficazes na gestão judiciária".

Também satisfeito com o balanço da semana, o gerente do Centro de Informações para Gestão Institucional, Dilmo de Castro, destacou o envolvimento de Minas durante o mutirão pela conciliação: "Após consolidarmos as estatísticas de todas as comarcas do Estado, ficou evidenciado o alto grau de organização e de comprometimento de magistrados, servidores, conciliadores, estagiários e voluntários envolvidos".

O movimento atendeu 66.446 pessoas e registrou 821 eventos paralelos, como palestras, cursos e outras ações, com foco na conciliação.

Conciliação 2007

Na Semana pela Conciliação de 2007, foram atendidas 44.671 pessoas, em 15.877 audiências cíveis e 4.288 criminais, e negociados R\$ 31.851.519,52 em 6.517 acordos. O maior número de audiências ocorreu nos Juizados Especiais: 8.428 cíveis, com 2.757 acordos, e 4.002 criminais. A Central de Conciliação de Precatórios registrou 100% de acordos.

Precatórios: disputas antigas com final feliz

Vanderleia Rosa

Fim da longa espera. Alívio. Concretização da justiça. Essas são algumas das manifestações de credores de precatórios e de seus procuradores para definir o acordo celebrado nas audiências realizadas na Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). São demandas versando sobre desapropriação de terrenos, questões salariais, indenização decorrente de atos ilícitos cometidos por agentes públicos, dentre outras.

Presidindo as audiências na Ceprec está o juiz Ramom Tácio de Oliveira. São anos acompanhando o desfecho de histórias, muitas vezes envolvendo gerações de credores. Casos e mais casos; alguns parecidos, outros singulares. Um percurso na memória e eles vêm à tona.

Surpresa e esperança

O juiz Ramom Tácio cita o caso de um advogado do Rio de Janeiro, procurador da parte credora, que, quando recebeu a comunicação do agendamento da audiência de conciliação, achou que se tratava de um trote. “Ele telefonou várias vezes para a Ceprec para confirmar se era verdade. Chegou na Central ainda desconfiado e só se convenceu, realmente, quando a audiência começou”, relatou o juiz.

São muitos os conflitos, dramas antigos de famílias, conciliados na Central de Precatórios do TJ. “E é esse o verdadeiro papel da conciliação, recuperar a credibilidade dos envolvidos, devolver a esperança para credores, até então, desacreditados”, complementa.

Ainda de acordo com o juiz, além do pagamento de um crédito vencido há anos, outros problemas típicos de um processo judicial são resolvidos no momento da conciliação. O magistrado destaca um caso de erro de cálculo, corrigido pela Central na própria audiência: “O valor de um precatório, decorrente de desapropriação de terreno para construção da rodovia MG 152, havia sido estimado em R\$ 27 milhões, quando, na realidade, o valor devido era de R\$ 17 mil.”

Vidas resolvidas

“Trinta e seis anos de demanda resolvidos em alguns minutos”. Aliviado com o resultado da conciliação, essa foi a declaração de Antônio Ferreira Lopes, procurador do espólio de Mariano José, credor de um precatório do município de Janaúba, atualizado em R\$ 1.150,00, em valores arredondados. “Dos 14 herdeiros, alguns faleceram, restaram oito, todos com idade avançada, bastante necessitados desse dinheiro”, completou.

Colaborador na conciliação itinerante, realizada em diversas comarcas de Minas, o assessor de Precatórios do TJ, Nassau Jan Louwerens, acompanha também a solução de casos complexos. Dentre eles, o de um precatório de Coração de Jesus, referente à desapropriação de um imóvel. Quase 20 anos transcorreram sem que houvesse acordo. Vários prefeitos passaram pela administração do município sem que se vislumbrasse possibilidade de diálogo. Como o valor era muito alto, a sociedade não apoiava o pagamento da dívida e, com isso, os herdeiros se sentiam excluídos. Quando, finalmente, conciliou-se a dívida, a reação dos herdeiros não podia ser outra: emoção e muito choro, na proporção da angustiante espera.

Confiante no propósito da conciliação para resolver problemas muitas vezes de difícil solução, Nassau Jan Louwerens reforça que a conciliação está aberta a todos os municípios que pretendem quitar os seus precatórios de forma programada, sem impacto nas contas públicas. Para tanto, basta encaminhar proposta ao Tribunal de Justiça.



Rossana Souza

O juiz Ramom Tácio (ao centro) comanda a equipe da Ceprec, durante sessão de conciliação

Tribunal inaugura nova unidade

Guilherme D'Almeida

O prédio fica na avenida Raja Gabaglia, 1.753, no Luxemburgo

Wilson Menezes

Desde o dia 7 janeiro de 2009, a nova unidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), localizada na avenida Raja Gabaglia, assumiu toda a estrutura administrativa e judiciária até então em funcionamento na Unidade Francisco Sales, além de alguns setores instalados em outros prédios do TJMG. O edifício abriga ainda os gabinetes da Presidência e da 3ª Vice-Presidência e conta com estrutura para 60 desembargadores, plenários, cartórios de 10 Câmaras Cíveis e de duas Criminais e quatro Cartórios de Recursos a Outros Tribunais (Carot) com possibilidades de expansão.

A Assessoria de Gestão da Inovação (Agin) e parte da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) também foram transferidas para a Unidade Raja Gabaglia. A mudança se realizou durante o recesso forense. A desembargadora Evangelina Castilho Duarte, integrante da 14ª Câmara Cível do TJMG, elogiou o novo espaço. "Todos ficaram encantados com o prédio, muito bem construído e bem dividido", afirmou, acrescentando estar satisfeita com a mudança.

Já a servidora Stael Bernardes achou que os cartórios ganharam muito em espaço e vão ficar bem instalados na Raja Gabaglia. "O prédio está muito bonito", comentou. E para Silvana Simões, escritã do 14º Caciv, não há dúvida de que a estrutura do prédio é muito melhor do que a da Francisco Sales.

O prédio

O edifício da Raja Gabaglia possui duas torres com 16 pavimentos cada, cinco subsolos para garagem, auditório com capacidade para 240 lugares, cobertura com heliponto circular e passarela de intercomunicação entre as torres, em estrutura de vidro e aço. Cada torre possui quatro elevadores. O imóvel é dotado de sistema de automação predial para controle e supervisão de energia, iluminação, ar condicionado e portaria, rede de cabeamento estruturado para transmitir dados, som e imagem, controle de acesso por meio de cartões magnéticos e circuito interno de TV.

A primeira sessão de julgamento na Unidade Raja Gabaglia se realizou às 9 horas do dia 7 de janeiro. A pauta era da 11ª Câmara Cível e contava com 80 julgamentos. Participaram da sessão os desembargadores Duarte de Paula, Selma Marques, Marcelo Rodrigues e Afrânio Vilela. Durante a abertura, o presidente da câmara, Duarte de Paula, afirmou que a mudança para as novas instalações "eleva o conceito da Justiça mineira".

A nova unidade do TJMG está localizada na avenida Raja Gabaglia, 1.753, bairro Luxemburgo. O telefone para contato é 3344-7702.

Novas regras para o estágio em v



Ressana Souza

A contratação de estudantes, no TJMG, é feita pela Coordenação de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Estagiários

O descumprimento da Lei nº 11.788 exige do empregador o pagamento de todos os encargos da legislação trabalhista e previdenciária”

Francis Rose

Quem, ao longo da vida, não trabalhou algum dia como estagiário? Muita gente começa a vida profissional assim, trabalhando muito e enfrentando o desafio diário de conciliar os estudos com as atividades em empresas e organizações. Tidos como mão-de-obra boa e barata, os estagiários tiveram uma importante conquista em 2008 – a Lei nº 11.788.

A nova legislação estabelece garantias, ao mesmo tempo em que tenta coibir distorções na prática do estágio. Desde que a lei foi publicada, em setembro do ano passado, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) fez vários estudos para se adequar às novas exigências. As mudanças são significativas e afetam nada menos do que 3,4 mil estagiários, atuando na 1ª e na 2ª Instância.

As principais alterações trazidas pela nova lei dizem respeito à necessidade de pagamento de auxílio-transporte, à exigência de que os estágios não-obrigatórios sejam remunerados e tenham direito a férias. Em relação à jornada, dependendo do caso, o estagiário pode trabalhar quatro, seis ou oito horas diárias.

Nos períodos de avaliações finais, a lei determina que a carga horária do estágio seja reduzida à metade. “A nova lei também estabelece a reserva de 10% das vagas para os portadores de deficiência”, lembra o desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, 2º vice-presidente do TJMG e superinten-

dente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Impactos

A adequação às novas determinações teve impactos no orçamento do Tribunal. Por isso, o assunto foi discutido cuidadosamente antes da elaboração da Portaria-Conjunta nº 133/2008, publicada na edição Diário do Judiciário eletrônico (DJe) do dia 15 de dezembro de 2008, que trata da questão no âmbito do TJMG. A Portaria entrou em vigor no início do mês passado. O desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro explica que as adequações são fundamentais: “O descumprimento da legislação exige do empregador o pagamento de todos os encargos da legislação trabalhista e previdenciária”, detalha. Em caso de reincidência, o Tribunal fica proibido de receber estagiários pelo período de dois anos.

Entre os pontos trazidos na Portaria estão os de que, no Tribunal, todos os estagiários serão remunerados. “No TJMG, a jornada será de, no máximo, quatro horas diárias. No período de avaliações acadêmicas, o estagiário vai trabalhar a metade do tempo. Outro ponto importante é que o auxílio-transporte agora é obrigatório. Por questões orçamentárias, estabelecemos que ele vai corresponder a 10% do valor da bolsa. Atualmente, a bolsa é de R\$ 400”, explica o desembargador.

Reynaldo Ximenes Carneiro acredita que a lei tem pontos positivos e negativos. “Um dos problemas, a meu ver, é que ela dá o mesmo tratamento a instituições públicas e às empresas privadas. Deveríamos ser tratados de forma diferenciada, já que o TJMG é uma instituição sem fins lucrativos”, opina.



Ressana Souza

O desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro explica que o aprendizado no TJMG torna a atividade do estagiário mais produtiva e refinada

Antes de se tornar juiz, Gustavo Teixeira trabalhou como estagiário na 1ª Câmara Criminal do TJMG



Divulgação

O vigor no TJMG

Formação

Por outro lado, o superintendente da Ejef acredita que a legislação vai coibir os abusos. Ele lembra que várias empresas contratavam muitos estagiários, dando-lhes as mesmas atribuições de um profissional formado sem, contudo, pagar a justa remuneração. Para o desembargador, o trabalho do estagiário tem grande importância. "Esse estudante chega ao TJMG com uma formação científica e intelectual considerável. No Judiciário, esse aluno terá a oportunidade de agregar experiência que vai tornar sua atividade profissional mais produtiva e refinada", diz. O magistrado lembra que, em muitos casos, o aluno atua no Tribunal como estagiário e acaba voltando, anos depois, como servidor ou magistrado.

Esse foi o caso do juiz titular da 2ª Vara de Além Paraíba, Gustavo Cheik

Nos períodos de avaliações finais, a lei determina que a carga horária do estágio seja reduzida à metade. A legislação também estabelece a reserva de 10% das vagas para os portadores de deficiência

de Figueiredo Teixeira, que trabalhou no TJMG pela primeira vez não como magistrado, mas como estagiário na Secretaria da 1ª Câmara Criminal. "Na ocasião, fazia Direito na UFMG, curso no qual me formei em 1999. Fui estagiário durante oito meses", lembra.

O aprendizado no TJMG só intensificou o desejo de Gustavo de atuar como juiz. "Até hoje me lembro do que aprendi no Tribunal. O estágio é uma ótima oportunidade que o aluno tem de vivenciar a teoria na prática", explica. O dia-a-dia no TJ também promete garantir um rico aprendizado para a estudante do 5º período de Direito da Fumec, Natália Biagini Porto e Lima, 20 anos, que começou seu estágio no Tribunal em agosto do ano passado, atuando na Memória do Judiciário Mineiro (Mejud). "Enumero processos antigos, que vão compor o acervo do museu. Também trabalho apresentando o museu aos visitantes e, recentemente, fiz uma pesquisa sobre os 20 anos da Constituição", diz.

Aprendizado

Para a estudante, o conhecimento que está absorvendo é um pouco diferente do aprendizado em um escritório de advocacia. "Nem por isso, ele é menos importante. Posso, por exemplo, assistir às sessões de julgamento e ver o trabalho dos desembargadores", afirma.

Juliane Ferreira dos Santos, 27 anos, viveu a experiência de trabalhar como estagiária e de retornar, posteriormente, como contratada do TJMG. Ela concluiu o curso de história no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) no fim do ano passado e foi contratada para trabalhar com a higienização de documentos, com a apresentação do museu e a organização do acervo da Mejud. Antes da contratação, Juliane trabalhava como estagiária do setor.

Quem tiver dúvidas sobre a realização de estágios no TJMG pode consultar a cartilha elaborada pela Coordenação de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento de Estagiários (Coest). O material está disponível no endereço www.tjmg.gov.br/ejef.

POR DENTRO DAS MUDANÇAS

- Pagamento do auxílio-transporte correspondente a 10% do valor da bolsa-estágio.
- Para estágios com duração igual ou superior a um ano, o estagiário tem direito a um recesso de 30 dias, que será gozado de 15 de dezembro a 13 de janeiro.
- Reserva de 10% das vagas de estágio para estudantes com deficiência.
- Carga horária de duas horas diárias nos períodos de avaliações acadêmicas.

- Duração total do estágio de dois anos, exceto no caso de estudantes com deficiência.
- Tolerância de até 30 minutos por mês, no registro de frequência, em eventuais atrasos ou saídas antecipadas.
- Os estagiários devem estar cursando a partir do 5º período ou do 3º ano, para cursos com duração de cinco anos, ou devem ter cursado, no mínimo, 40% da carga horária total para cursos que durem menos ou mais do que cinco anos.

Nos bastidores da Justiça

Francis Rose

Ninguém imagina um julgamento no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) sem a presença dos magistrados, dos advogados que representam as partes e até de alguns espectadores. Um personagem que entra e sai silenciosamente das sessões, no entanto, tem um papel igualmente importante para que a Justiça se realize: o taquígrafo. Cabe a esse profissional fazer o registro das manifestações e dos votos orais dos desembargadores. O apanhado taquígrafico de uma sessão de julgamento vai compor as decisões sobre os casos. Esse registro só é feito em 2ª Instância, onde as decisões são colegiadas.

A taquígrafia é a escrita rápida, feita com o uso de símbolos. Em geral, um taquígrafo registra, manualmente, 100 palavras por minuto. “É uma transcrição em tempo real do que está sendo falado”, explica Angélica Couto Bicalho Mallaco, coordenadora da Central de Taquígrafia do TJ. O trabalho é fun-

Há magistrados espirituosos e advogados brilhantes. Na medida em que compreendemos os trâmites judiciais, acabamos nos envolvendo. São destinos que estão em jogo. Ficamos curiosos para saber qual será a decisão dos desembargadores”

damental para o andamento da Justiça, já que nem tudo o que é decidido em um julgamento chega à sessão por escrito.

Além do registro manual do que os desembargadores dizem, o taquígrafo grava o julgamento. Todo o material é guardado durante um ano, caso

seja necessário consultá-lo posteriormente.

A rotina de um taquígrafo do TJMG não é fácil. O expediente tem hora para começar, mas só termina quando as sessões são encerradas. Os profissionais da Central de Taquígrafia, que funciona no Palácio da Justiça, revezam-se nas sessões. “Como o volume de palavras por minuto é muito grande e todo o registro é feito manualmente, é necessário fazer a troca de taquígrafo a cada 10 minutos. Quem deixa a sessão segue para a Central para transcrever o que registrou”, esclarece Angélica. A transcrição dos registros não é tão simples porque o taquígrafo precisa transformar os textos orais, com

vícios de linguagem e expressões coloquiais, em um texto culto.

Desafios

Mara Timponi Barulli é taquígrafa do TJ há 20 anos. “Gosto muito do trabalho, que não é rotineiro”, lembra. A taquígrafa fala de situações difíceis que já enfrentou no dia-a-dia: “Já levei um tombo ao entrar na sessão. E quando os lápis que levamos quebram a ponta, a fita arrebenta ou o gravador está estragado? Temos que nos virar para fazer o registro”. Ela também fala das dificuldades em fazer o apanhado taquígrafico quando algum magistrado fala fora do microfone ou quando vários deles conversam ao mesmo tempo.

Tomás de Aquino Silveira, na função há 18 anos, também confessa o gosto pelo trabalho. “Há magistrados espirituosos e advogados brilhantes. Na medida em que compreendemos os trâmites judiciais, acabamos nos envolvendo. São destinos que estão em jogo. Ficamos curiosos para saber qual será a decisão dos desembargadores”, afirma.

Rossana Souza



A Unidade Goiás tem 23 taquígrafas e um taquígrafo, que se revezam a cada 10 minutos nas sessões de julgamento



Depois de fazer o registro taquígrafico, profissionais fazem a transcrição dos textos, adequando a fala dos magistrados ao padrão culto



Em geral, o taquígrafo registra manualmente, por meio de símbolos, 100 palavras por minuto

Eficiência para atender melhor



Renata Mendes

Maria Cecília destaca a importância estratégica da Seplag para o Tribunal

Edson Junior

Utilizar com responsabilidade os recursos públicos, planejar e executar ações que tenham como meta melhorar o atendimento ao jurisdicionado. É com essa visão que Maria Cecília Belo, servidora do TJMG há 23 anos, assumiu a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal (Seplag). Formada em Pedagogia e Direito, ela iniciou sua carreira no TJMG como datilógrafa judiciária, em 1985, lotada na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Em 1990, assumiu seu primeiro cargo de chefia como diretora de departamento, cargo que atualmente é chamado de coordenador de área. Maria Cecília foi diretora da Escola Judicial no período de março/2004 a agosto/2006 e, em setembro de 2008, assumiu a Seplag, órgão que ela considera o coração do Tribunal. “Existem diversos órgãos internos que funcionam como cérebro, pensando os rumos do Poder Judiciário em Minas. No entanto, é aqui na Seplag que a execução dessas idéias é planejada”, afirma.

TJMG Informativo - O que significa estar à frente de um órgão da importância da Seplag?

MCB - É um desafio, sobretudo porque a Seplag é um órgão de importância estratégica para o Tribunal. Os demais setores se responsabilizam por suas ações. Cabe à Secretaria de Planejamento alinhar essas ações para atingir as metas desejadas. Quando não se tem esse órgão estratégico, cada um rema para um lado, já que os setores são autônomos para conduzir suas ações. É a Seplag que vai alinhar essas ações, identificando os problemas no Poder Judiciário mineiro, apontando estratégias para a solução desses problemas e planejando as ações para que essas estratégias sejam colocadas em prática. Eu aceitei esse convite do desembargador Sérgio Resen-

de, com quem eu tenho grande prazer em trabalhar, e por saber que, mesmo não sendo formada em administração, eu adquiri uma boa experiência gerencial trabalhando na EJEF.

TJMG Informativo - Qual sua avaliação sobre planejamento estratégico no Poder Judiciário? O que precisa ser melhorado?

MCB - Minha primeira ação ao assumir a Seplag foi fazer uma reunião com os órgãos subordinados a ela para saber o que havia em termos de planejamento aqui no tribunal. Eu percebi que já se avançou muito nesse campo e que havia muita coisa já implementada que poderia ser aproveitada na nova administração. Mas o que falta ao Tribunal, a meu ver, é o planejamento a longo prazo. Como o mandato do

presidente é de apenas dois anos, a tendência é planejar somente para esse período. Ocorre que algumas ações exigem um planejamento de maior longevidade, de três a cinco anos. Certamente algumas dessas ações passarão de uma gestão para outra, mas não se pode planejar um conjunto de obras, por exemplo, levando-se em conta apenas o mandato atual. É por isso que não se deve pensar no orçamento primeiro e nas ações depois. É preciso identificar as necessidades, planejar as ações e ver o que é possível fazer com o orçamento disponível. O que não puder ser feito em um ano, passa para o seguinte, até que se possa concluir a implantação de um projeto. Isso é planejar a longo prazo.

TJMG Informativo - O desembargador Sérgio Resende tem

ênfatisado bastante a prioridade que sua gestão pretende dar à Justiça de Primeira Instância. Que ações estão sendo planejadas nesse sentido?

MCB - Quando o presidente fala em priorizar a Primeira Instância, a idéia é dar aos magistrados e servidores as condições adequadas para, no final, garantir uma boa prestação jurisdicional, ou seja, que o jurisdicionado tenha sua sentença no menor tempo possível. Isso demanda melhoria das condições físicas, com reformas em vários fóruns, instalação de novas varas onde o volume processual é muito grande e investimento em tecnologia. Para isso, a Seplag fez um levantamento técnico em todo o estado e identificou as necessidades de cada comarca. O resultado é um planejamento de obras até 2013.

Nutris socializa crianças e jovens

Rachel Barreto

Plantar grama no campinho, ampliar a diversidade dos cursos culturais, fazer pequenas reformas, comprar projetores para filmes, jogos educativos e uma mesa de ping-pong. Esses são apenas alguns dos planos do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) para 2009, mas a vontade de estender o trabalho leva os envolvidos a pensar em voos ainda mais altos.

Cuidado e formação

Hoje, o Nutris conta com duas unidades no conjunto Mariano de Abreu, região leste de Belo Horizonte, a pré-escola, para crianças de três meses até cinco anos, e o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), para crianças e adolescentes de seis a 16 anos. Atende quase 200 meninos e meninas, em espaços amplos e

com profissionais capacitados.

Na pré-escola, o horário é integral. As crianças participam de atividades pedagógicas e de inserção social, recebem quatro ou cinco refeições diárias e cuidados com a higiene. "Aqui é a casa deles, alguns nem querem ir embora. As famílias também são muito receptivas, muito gratas", afirma a coordenadora administrativa e pedagógica Maria Nilza Ribeiro Cabral.

O NAC investe na socialização através da arte e da cultura, oferecendo oficinas de artes plásticas, esportes, teatro, dança, inglês, violão e informática. "É importante mostrar coisas diferentes do que os jovens vêem no entorno, questionar a realidade em que estão inseridos. Assim, podemos ampliar sua possibilidade de escolha, mostrar outros caminhos", afirma a coordenadora pedagógica Maria Zenaide de Alves.

"Antes a gente ficava na rua,

à toa, só conversando. Agora é bem melhor", afirma Thairis Tainara Souza Santos. Ela e a amiga Istefânia Neves Dias, ambas de 13 anos, freqüentam o NAC desde sua inauguração e gostam de todas as aulas, além do convívio com os amigos e professores. Já Breno Araújo Rosa, 12 anos, e Douglas Rodrigues Batista Rosa, 14 anos, destacam as oficinas de esporte e a orquestra de berimbau, na qual tocam também outros instrumentos, como pandeiro, agogô e caxixi.

Novos projetos

"Se possível, queremos duplicar o número de crianças que atendemos", afirma o presidente do Nutris, que é também assessor de imprensa da Ascom, Ronaldo Ribeiro. Outro plano é o funcionamento nos finais de semana, uma demanda da comunidade, que conta com poucos es-

Contribua:

Os recursos para a manutenção do Nutris são provenientes de doações de magistrados e servidores e também de convênio com a Prefeitura de BH. Para contribuir, preencha o formulário encartado nesta edição

paços públicos de lazer na região. "Criança na rua nunca é bom, principalmente em um ambiente hostil, como é o de uma comunidade muito carente", explica Ronaldo.

O Nutris também pretende oferecer aulas de reforço escolar e formação profissionalizante. "Outra demanda da comunidade é receber jovens de 16 a 21 anos, pois é um momento de grande vulnerabilidade, em que é importante encaminhá-los para a inserção social", afirma Zenaide.

Ronaldo destaca a importância de buscar uma aproximação maior com a comunidade, atender aos seus anseios. "Estamos ali para fazer o que eles precisam e não o que a gente acha que deve ser feito", defende. O presidente do Nutris ressalta também a importância das contribuições recebidas pela entidade e agradece a todos que apóiam o trabalho realizado, como a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), presidida pelo juiz Nelson Missias de Moraes.



Renata Mendes

Na pré-escola do Nutris, 96 crianças recebem cuidados em tempo integral



Em maio de 2008, foi a vez de os alunos da Escola Municipal Edgard da Mata Machado visitarem o Palácio da Justiça

Guilherme Dardanhan

Conhecendo o Judiciário apresenta balanço de 2008

Daniel Oliveira

Em 2008, mais de 7.500 estudantes participaram das atividades promovidas pelo *Conhecendo o Judiciário*, projeto desenvolvido pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do TJMG. No programa, alunos de escolas e universidades comparecem aos mais diversos fóruns e ao Tribunal de Justiça; ou juizes e desembargadores vão às instituições de ensino, buscando maior compreensão do Judiciário pela sociedade.

Segundo os números, compilados em

dezembro do ano passado, em 2008 foram realizadas 110 atividades dentro do *Conhecendo*. No TJ, 3.255 alunos dos ensinos médio e fundamental participaram de 63 visitas orientadas pela equipe do Centro de Relações Públicas e Cerimoniais (Cerp) da Ascom. Já os universitários contabilizaram 2.100 participantes, num total de 19 visitas.

Esse foi o mesmo número de atividades que aconteceram no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, que recebeu 592 estudantes em 2008. No interior, o programa foi lançado

em seis novas comarcas - Viçosa, Divino, Manhumirim, São Domingos do Prata, Divinópolis e Serro - num total de 1.200 estudantes envolvidos.

Por fim, 2008 contou com três visitas de juizes a escolas, com a participação de 500 alunos. Os magistrados são parte essencial do *Conhecendo o Judiciário* - nas visitas ao Tribunal de Justiça e aos fóruns, são eles que apresentam e explicam aos estudantes como funciona a Justiça e como proceder ao precisar dela. No total, o programa atingiu 7.647 estudantes em 2008.

Lançado em 1999, o *Conhecendo o Judiciário* completa uma década neste ano. Para as comemorações, a equipe do Cerp tem um planejamento especial para 2009. Segundo o setor, "o eixo central do programa será a grande importância da Conciliação, para que a população tenha mais conhecimento sobre esse instrumento do Judiciário".

Mejud: 20 anos de memória



Renata Mendes

Peças do acervo são mostradas mensalmente na exposição *Fato de mês*

Lucas Loyola

Dando continuidade às comemorações dos 20 anos, a Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) reinicia, em fevereiro de 2009, suas atividades com a exposição das *Constituições Brasileiras*, no espaço cultural do Fórum Lafayette. A exposição pretende mos-

trar, de forma didática, a importância de cada uma das Cartas.

Em março, terá reinício o projeto *Memória na Escola*, que tem por objetivo divulgar o Museu do Judiciário Mineiro e levar objetos do acervo para outros espaços públicos. Para manter viva a história do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), lembrar personagens do mundo jurídico, ex-presidentes do TJMG, suas biografias e realizações, o Mejud realiza, trimestralmente, a exposição *Desafiando a Memória*. Segundo a assessora da Mejud, Andréa da Costa Val, essa exposição pretende "provocar no espectador a percepção da relevância da instituição no contexto histórico nacional".

Já *Fato do Mês* é a exposição que ocorre no Palácio da Justiça, sempre nas segundas-feiras do mês. Dentre as peças do acervo, é selecionada uma que se destaca pela relevância histórica, jurídica, artística ou representativa da cultura mineira. Itinerante, a exposição percorre os prédios do TJMG das unidades Goiás, Raja Gabaglia e Fórum Lafayette.

Além de recolher, registrar e divulgar fatos e histórias relevantes de personalidades da vida jurídica de Minas Gerais, a Mejud também higieniza e restaura parcialmente seu acervo e ainda divulga informações e pesquisas históricas, por meio do Projeto *Sempre Memória*, lançado em setembro de 2007.

Cineclube TJ expõe mentiras de guerra



Underground é uma fábula surreal e recheada de humor negro

Daniel Oliveira

Na Sérvia da Segunda Guerra Mundial, Marko (Miki Manojlovic) administra uma fábrica subterrânea de armamentos. O conflito termina, mas ele decide não revelar essa informação a seus operários e os mantém trabalhando por mais de 50 anos. Quando uma insurgência vai se formando entre os trabalhadores, eles conseguem escapar da fábrica e descobrir a verdade: a guerra realmente não acabou.

Com essa fábula surreal e recheada de humor negro, o

diretor bósnio Emir Kusturica constrói um retrato alegórico da turbulenta região dos Bálcãs Europeus em *Underground - Mentiras de guerra*. Vencedor da Palma de Ouro do Festival de Cannes em 1995, o filme é baseado no romance de Dusan Kovacevic e será exibido no Cineclube TJ no dia 19 de fevereiro, às 19h - no auditório do Anexo II do TJMG, rua Goiás, 253, 3º andar, Centro.

Nascido em Sarajevo em 1954, Emir Kusturica realizou seu primeiro curta, *Guernica*, em

1978. Com *Você se lembra de Dolly Bell?*, estreou em longa metragens e ganhou o prêmio de melhor primeiro filme no Festival de Veneza de 1981. Na época, ele se encontrava servindo no Exército e teve uma licença de 24 horas para comparecer à mostra e receber a premiação.

Sua premiada carreira seguiu com *Quando papai saiu em viagem de negócios*, de 1985, que lhe rendeu sua primeira Palma de Ouro em Cannes. Três anos mais tarde, ele seria premiado como melhor

diretor no mesmo festival, por *Vida cigana*. Em 1998, voltou ao Festival de Veneza e foi eleito melhor diretor por *Gato preto, gato branco*.

Dono de um estilo particular, cômico e colorido, porém contundente, Kusturica se tornou um dos cineastas mais prestigiados dos últimos 20 anos. Em *Underground-Mentiras de guerra*, ele entrega uma obra que faz uso do humor, mas cujo final permanece com o espectador e revela o drama de uma população que vive em constante guerra.

CLICK DO LEITOR



Luciano Benfica

Saquarema é uma cidade da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, próxima de Cabo Frio e Araruama. Local tranquilo, para quem curte caminhadas na beira da praia, *surf* e pesca marinha. A belíssima Igreja de Nossa Senhora de Nazareth - que data de 1630 -, sua pequena Vila (centro de Saquarema) e as praias da Vila, de Itaúna e de Jaconé integram a paisagem. Vale a pena conferir.

Luciano Benfica
Escritor / Varginha

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.